



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CÁITO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOSELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Edgard Bueno.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renv Borsatto, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Antonio Belinati, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, Renato Adur e Ricardo Chab (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 275/95.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2027

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transferência de data do dia 25 de agosto de 1995, para dia 26 de agosto de 1995, a fim de realizar a Sessão Solene para outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Justino Alves Pereira, conforme a Lei n° 10.139, de 21 de novembro de 1992, a ser realizada na data supra, no Cine Teatro Municipal de Ibiaporã-PR, município de Ibiaporã.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Hyczy.

Pessoa de boa índole, deixa tristeza entre os amigos e parentes.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Paula Xavier, 1399 - Centro-Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Ari Antonio Scortegagna, em 16 de julho de 1995.

Pessoa com grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada à Rua Venezuela, 60- Oficinas - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Sebastião Nunes e Maria Conceição Cordeiro que completou 44 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Rubi, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Izidoro e Itália Parize, que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, tendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento.

Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Tereza Odete e Alvino Guilherme, que completou 24 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Louça, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, tendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento.

Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2012

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal José e Leonice Gonçalves da Silva, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, tendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento.

Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de Votos de Congratulações ao Sindicato dos Securitários do Estado do

Paraná, pela Campanha Estadual Sobre Saúde da Mulher, desenvolvida por aquela entidade.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O bem-estar da mulher, a plenitude da sua vida, só serão atingidos se ela gozar de um bom nível de saúde, definido pela Organização Mundial de Saúde, como um completo bem-estar físico, psicológico e social.

O primeiro passo para conquistar essa saúde é que a mulher esteja informada primeiro sobre seu próprio corpo e, em seguida, de como defendê-lo das doenças.

Tem que estar informada ainda de quais são os seus direitos como cidadã e onde pode e deve reclamá-los.

Com esta mensagem o Sindicato dos Securitários do Paraná, está desenvolvendo uma grande campanha pela prevenção da Saúde da Mulher, iniciativa que deve ser constantemente louvada e destacada.

SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO PARANÁ
Rua José Loureiro, 12, 14º andar -
Centro- Curitiba- Paraná
80.010.914

ALCEU STIVAL
Presidente

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, no sentido de esclarecer ou mesmo sanar o problema de falta de água na rua Deputado Edgar Távora, Barreirinha.

Os moradores reclamam que falta água todos os dias.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Danilo Bertolin Precoma, Cidade Jardim, que pedem providências quanto às valetas entupidas em frente ao n° 89.

Segundo os moradores, foram efetuadas obras no canal e as valetas foram entupidadas em alguns trechos, impedindo assim o escoamento da água e detritos.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração - SEAD, para que instrua o Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de agilizar o atendimento para marcação de consulta.

Segundo a Sra. Maria de Lourdes Camargo, a dificuldade para se conseguir ligação no 155 é muito grande.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, para que a mesma efetue a troca de lâmpadas queimadas nas Ruas Visconde de Mauá e Santos Dumont, Jardim São Carlos, pois as mesmas estão às escuras.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone no Posto de Saúde 24 horas, na Avenida Paraná, no Boa Vista, pois seria de grande utilidade para os usuários deste posto de saúde.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2018

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a falta de água que vem ocorrendo na rua Edgar Távora, no bairro da Barreirinha.

A falta de água é diária, vindo somente à noite, das 23:00hs às 08:30hs do dia seguinte, o que vem causando grandes transtornos aos moradores.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2019

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de concluir rede de água na rua Seis, Cambo Serrado, Vila Osternak no Sítio Cerca-do, próximo ao n° 404.

Segundo os moradores, faltam apenas 1,50m², e sem a conclusão da rede alguns moradores ficarão sem água.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2020

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente à TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público na Rua Manoel Ribas, em frente à Mercearia Rimauri, na Vila Torres em Araucária.

Não existe nenhum telefone nas imediações, e o mesmo seria de grande utilidade para os moradores.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2021

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de colocar policiamento na praça Rui Barbosa e Rua Desembargador Westphalen.

Os moradores e pessoas que por ali transitam reclamam do grande número de assaltos que ali ocorrem. Várias pessoas desta região já foram assaltadas.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2022

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar a instalação de um telefone para a Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, Moradias Garças no Pinheirinho, conforme requerimento de n° 9185/95 que segue em anexo.

A Escola necessita muito deste telefone, pois facilitaria o bom andamento da

mesma.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, o seguinte pedido de informações:

1. Qual a situação do processo de admissão do Sr. Maurílio Alves dos Santos, que prestou concurso em 1990 para Mecânico de Manutenção de Equipamentos?
2. Quando será feita nova perícia médica, em vista de decisão judicial?

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Maurílio Alves dos Santos prestou concurso para Mecânico de Manutenção de Equipamentos na SANEPAR em 1990, afirma que foi aprovado em 3° lugar. Ainda conforme alegações, mesmo sem exames médicos foi considerado inapto para a função. Após pleitear na Justiça realização do exame médico, teve o mesmo marcado para o dia 7 de julho do corrente. Entretanto o exame foi cancelado sem explicações e sem definição de nova data.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 279/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Todas as áreas a serem adquiridas através da COPEL, para assentamento de agricultores deverão ser previamente aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1° - Será indispensável o Parecer da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio sobre as referidas áreas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O reassentamento de agricultores desapropriados devido à construção de obras pelo Estado sempre causou inúmeros transtornos e dúvidas. É fundamental compreender que esses agricultores têm suas raízes ligadas às propriedades de origem, com vínculo familiar muito forte, e com trabalho na formação de suas moradias ao longo de anos, inequivocamente transformam suas propriedades em algo indissociável da família e de suas vidas.

Nesse sentido, a mudança deve ser ri-

gorosamente planejada, e o novo local onde os agricultores passarão a morar deverá atender a todas as condições para adaptação e desenvolvimento sócio-econômico.

Para auxiliar na preservação destas premissas, é necessário a aprovação deste Projeto de Lei garantindo a participação do legislativo neste processo de extrema importância para o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 280/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado em todo o Estado do Paraná a obrigatoriedade de existência nos supermercados e similares de uma caixa registradora para atendimento de pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade, aleijados e mulheres em estado de gravidez.

Art. 2° - Caberá às Secretarias de Estado em parceria com órgão afim, estabelecer normas para adequação da presente lei, podendo, entretanto, firmar termos de cooperação com conselhos Municipais, Estaduais, Federais e outros órgãos afins.

Art. 3° - Deverão os supermercados e similares afixar em locais de ampla visão e de fácil acesso, cópias da referida lei.

Art. 4° - Será condição "sine qua non", a existência desta lei, em todos os supermercados e similares do Estado do Paraná, para que não seja alegado ignorância da existência da mesma.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, de preferência, a partir do segundo semestre do corrente ano, revogadas as disposições em contrário, se porventura existirem.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei, é para que se dê o devido respeito àqueles que têm dificuldades de se locomoverem, que já prestaram inestimáveis serviços para nossa comunidade, como hoje, é prestados em nossos Bancos de Crédito e em outros órgãos.

PROJETO DE LEI N° 281/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a instituição denominada A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Lupionópolis/PR.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.95.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lupionópolis, a exemplo de suas congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto aos carentes de educação e atenção especial daquele Município.

Localiza-se à Rua Padre Antonio Pozzato, 818 daquela Cidade e foi fundada em 17 de novembro de 1994, tendo tido sua primeira Assembléia Geral realizada em 19 de janeiro do corrente, quando foram empossadas sua Diretoria e Conselhos.

Faz parte do contínuo trabalho daquela Instituição, oferecer aos que dela necessitam, um local apropriado ao melhor desenvolvimento do excepcional em todos os sentidos possíveis, para que o mesmo tenha melhores condições de vida, a partir de sua aprendizagem e adaptação ao meio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Senhor Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez ocupamos a Tribuna desta Casa hoje para falarmos de algumas notícias colocadas de forma grosseira e de forma covarde, colocadas por algumas pessoas que pouco constroem neste Estado do Paraná e que não gostam que aquelas que estão construindo o façam desta forma.

E quando nós nos candidatamos a Deputado, nós nos candidatamos com a idéia de que viríamos para esta Casa com a intenção clara de sempre mostrar transparência, acima de tudo, como forma de mostrar o nosso respeito pelo desgaste que os políticos estão tendo a nível de país hoje. Em campanha nós dizíamos, em todos os bairros de Ponta Grossa, em todas as cidades por onde passávamos nós falávamos em transparência. E hoje nós estamos cumprindo aquilo que prometemos em campanha.

E o nosso Partido, este pequeno Partido, mas que tem algumas idéias e sempre as defende aqui com coragem e com convicção de que está no caminho certo, e esta semana, agora, se vê papos furados, boatos, coisas escritas por aqueles filhos do mal, ou mandado por aqueles covardes que não têm coragem de se apresentar e dizer: - "Eu sou contra, eu sou a favor." Andam a espalhar, a falar, a difamar alguma coisa que nós fazemos, não por demagogia política, não por interesse de manter reduto eleitoral, coisa que nunca fizemos. Nós já trabalhamos há 11 anos nesta linha de fazer trabalho social no rádio, e há 11 anos

nós lutamos, nunca pensando em demagogia, em se aproveitar das pessoas, com este tipo de programa. Pelo contrário, nós agora, como Deputado, até este período que se encerrou agora, não ganhamos um centavo para ser Deputado! Isso é prova de que não existe demagogia, existe vontade de fazer aquilo que se prometeu em campanha que era transformar o salário em ajuda às pessoas.

Nunca falei aqui, sempre respeito os companheiros, porque cada um faz o que quer com o salário e não estou aqui para julgar ninguém, agora não posso admitir que algumas pessoas que não têm coragem de botar a mão no bolso para tirar um centavo para dar a alguém que pega o seu dinheiro as vezes e não ajuda ninguém, venha a implantar coisas, boatos, notícias feitas por canalhas, porque a pessoa que faz isso, para mim não passa disso, dizendo que o que nós fizemos é um programa que tem fim eleitoral, que tem fim de se promover e que usa o espaço de televisão para mostrar o que está fazendo.

E nós fazemos isso, porque todo partido tem direito de usar o espaço no rádio e na televisão e o PSC, a grande força, só tem eu como Deputado, então se não me mostrar, vai mostrar o quê? Então agora após o nosso programa mostrado a todo o Paraná, criticado por uns malandros, por aqueles que nunca fizeram nada por este Paraná, estão a dizer por aí, que existe uma tal de Garagem da Esperança, quero convidar estes covardes, e sirvo o chapéu para quem quiser que visite a minha Garagem da Esperança, vai ver o que eu faço em Ponta Grossa, vai ver as dificuldades que nós passamos, vão ver o que nós fazemos todo dia naquela cidade em benefício das pessoas, agora não posso admitir que fiquem implantando certos boatos de que uma tal Garagem da Esperança, que aparece por aí, para fazer demagogia ou politicagem.

Não vim para essa Assembléia para fazer isso, não vim para fazer esse tipo de coisa, estou muito bem onde estou, trabalhando como radialista e agora ajudando também como deputado.

Então quero deixar manifestado nesta manhã esse meu protesto, contra essas pessoas que falam do meu trabalho social, sem conhecer, nunca foram à Ponta Grossa e está aí o Deputado Luiz Carlos Zuk, os Deputados Plauto, Péricles, que conhecem a Garagem da Esperança e que podem testemunhar o que é feito lá, não só por mim, mas pela população que ajuda e a cada vez que aparece um programa como esse, que é o segundo que nós fizemos e que nós divulgamos o Paraná até o Brasil, divulgamos os nossos trabalhos divulgamos o nosso Estado, aumenta o número de pessoas que nos ajudam, que colaboram conosco, e é essa a idéia que nós temos, nós queremos continuar fa-

zendo o social ajudando as pessoas da melhor forma que a gente entende.

Cada um faz o que quer, entendo que tem que ser assim, só que eu gostaria, que como eu respeito todo mundo, respeito todos aqueles do Paraná, mas que aqueles que não têm coragem que falem na minha frente, tenham a coragem de dizer para mim, não por traz, que seja homem suficiente para dizer na minha cara, que eu quero ver se tem. É esse tipo de coisa que eu não aceito na política, pessoas que não têm coragem de me enfrentar e que na calada da covardia faz esse tipo de coisa, se quiserem falar mal da Garagem da Esperança que construam uma melhor do que a minha, porque ela não pertence a mim, já pertence a toda a cidade de Ponta Grossa e ao Paraná e tantas pessoas que nós estamos ajudando.

Aqueles que não tiveram, aqueles que tiveram coragem que façam um pouco do que faço que vocês vão ver como é bom você poder ajudar as pessoas, é a coisa mais gratificante você levantar alguém que está caído e não bater em alguém que está trabalhando, alguém que se dedica, alguém que trabalha.

Então gostaria de deixar esse desabafo aqui hoje, sempre na intenção de que haja respeito, porque sempre respeitei todo mundo. Sempre respeitei os diversos órgãos de divulgação, mas que sejam corajosos e honestos e quando fizerem afirmação que façam corretas, sem sujeira, sem pilantragem, mostrando quem trabalha neste Estado do Paraná.

Era isso que gostaria de deixar registrado hoje, Senhor Presidente.

E ao encerrar minhas palavras, fica o desafio: se a tal de Garagem da Esperança é ruim, que façam uma melhor do que a minha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Ilustre Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Luiz Carlos Zuk. Ao saudá-lo quero fazer uma saudação especial ao ilustre visitante Vereador de Cascavel Carlos Beal, Líder da Bancada do PSDB de Cascavel e os demais Deputados.

Srs. Deputados, ontem nós tivemos a presença do Governador Jaime Lerner no Oeste do Paraná, especificamente visitando as obras de Salto Caxias, visitando a FERROESTE, a Universidade do Oeste do Paraná e também o Hospital Regional.

Ontem o Governador acompanhou o lançamento do último trilho de 378m no termi-

nal de Cascavel, e ao assistir o assentamento desse trilho, também lançou uma obra do terminal de Transbordo no valor de um milhão e seiscentos mil dólares.

Portanto a presença do Governador do Estado, no Oeste do Paraná é para enriquecer aquela Região e mostrar, que o Oeste do Paraná está integrado com todo o Paraná, e aquela história da criação do Estado do Iguazu cai por terra quando o Governador do Estado do Paraná tem a sua presença constante naquela região, e levando os investimentos do Estado para aquela Região. A mais polêmica situação hoje da UNIOESTE quando tem problemas na Justiça Federal, quanto a criação dos cursos de Medicina e Odontologia, esteve também no campus de Cascavel a presença do Governador, acompanhando as obras que só este ano foi investido mais de nove milhões de dólares em Cascavel.

Portanto, são seis obras de grande porte, são seis obras que vão consolidar de uma vez por todas a estrutura da UNIOESTE de Cascavel, e a presença do Governador mostra o seu interesse por aquele Projeto, mostra que realmente a sua presença constante é um indicador para que a consolidação da nossa Universidade seja uma realidade. Hoje na Justiça Federal, provocada por um corporativismo das classes dos médicos e dos odontólogos, estes corporativismos tem criado um problema muito sério para a consolidação dos dois novos cursos.

Portanto Senhores, a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade que a Mesa da Assembléia entrasse com uma Ação de Inconstitucionalidade do Decreto 1.303 e já está tramitando no Superior Tribunal de Justiça e eu acredito que nós deveremos ter sucesso. E se é o apoio considerado Inconstitucional do Decreto 1.303 com certeza absoluta não estaremos resolvendo o problema.

A sua capacidade administrativa, a sua capacidade de fazer os investimentos, a sua capacidade de levar esse Estado a nível de grandeza no contexto Nacional.

Quero ceder aqui um aparte ao companheiro Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Inicialmente quero cumprimentar o Deputado Edgar Bueno.

Estive em Cascavel esta semana e vi a grande liderança que V.Exa. exerce em Cascavel. E o resultado desse relato que V.Exa. faz, aqui, nada mais nada menos é do grande trabalho que você realiza em favor do município de Cascavel. Fiquei um pouco preocupado, Deputado Edgard Bueno, quando V.Exa. foi fazer o discurso daquela tribuna. Mas a partir do momento que, ouvindo suas palavras relatando as obras do governo, me tranquilizei, e aproveitei a

oportunidade para pedir o aparte para cumprimentá-lo e dizer que, as obras que o Governador está realizando em Cascavel, é a forma com que o está fazendo é o reconhecimento do seu esforço.

Nós é que conhecemos o trabalho que você está realizando para que essas obras tivessem continuidade e tivessem prosseguimento para o progresso de Cascavel. Principalmente esse trabalho que V.Exa. realiza na questão de Universidade de Cascavel. Que não é somente reconhecido pelo município de Cascavel, mas sim, por toda a região. Tenho certeza absoluta que com seu brilhantismo, com sua altivez e com a forma V.Exa. tem se portado, aqui, tenho certeza absoluta que o governo Jaime Lerner, em Cascavel e toda Região Oeste será um sucesso, porque aqui tem um grande representante que se chama Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Agradeço as palavras do nosso ilustre Deputado, Valdir Rossoni. E quero dizer que consultando o Regimento Interno da Casa não diz que a Situação ou a Oposição deve usar esta ou aquela tribuna. Principalmente porque, aqui, estamos interessados no progresso do nosso Estado.

E falando que estamos interessados, todos nós temos a responsabilidade de resgatar a credibilidade de cada parlamentar desta Casa. A população que nos elegeu, a população que nos depositou seu voto de confiança, ela acreditou que nós poderíamos ser um instrumento de transformação deste Estado. Um instrumento de garantia da cidadania.

Portanto quero crer que todos nós temos uma responsabilidade redobrada. E neste 1º semestre de atividade aqui, na Assembléia, percebi a presença constante da grande maioria de todos os parlamentares. Isto mostra que todos nós estamos lutando para que, cada um, possa representar com dignidade a sua gente e a sua população.

O Sr. Nereu Moura - Me concede um aparte, Deputado Edgar Bueno?

Apenas uso do aparte que V.Exa. me concede para parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor do Oeste do Paraná. Sobre tudo como representante de parcela significativa do Oeste do Paraná, V.Exa. tem buscado - com muita dificuldade, com muito empenho e com muita determinação dar continuidade àquelas obras iniciadas no governo do nosso companheiro Requião e Mário Pereira. Demonstra V.Exa., uma exemplar atuação. E aqui também demonstra equilíbrio, ponderação, inteligência, bom caráter e lealdade. E isto faz com que este Parlamento cada vez cresça mais perante a opinião pública com de-

monstração como a de V.Exa. que, efetivamente, tem demonstrado não só o parlamento honrado, digno, decente, como também um político compenetrado na luta, buscando resolver os graves problemas que afetam a região oeste do Paraná e o nosso Estado do Paraná.

O empenho de V.Exa. juntamente conosco na questão da UNIOESTE, visando com que a nossa população do oeste do Paraná tenha o seu direito, a luta reconhecida, que foi a questão dos cursos de Odontologia e o Curso de Medicina e que nós ainda, empenhados que estamos nestas conquistas, também com relação à ferrovia e outros projetos que V.Exa. tem se empenhado e lutado muito, merece a nossa congratulação, o nosso respeito e não tenha dúvida que V.Exa. irá marcar um período positivo, continuando neste ritmo com estas atitudes, engrandecendo o nosso parlamento e resgatando a credibilidade dos homens públicos.

Assim eu quero parabenizar V.Exa.
Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO - Agradeço as palavras do Deputado Nereu Moura.

Meu caro Nereu, quero dizer o seguinte: no oeste do Paraná existem apenas 7 Parlamentares. Cascavel, que tem 140 mil votos, deveria ter aqui, no mínimo, três Deputados. Infelizmente a população não compreendeu que deveríamos ter um número maior de Deputados, mas mesmo assim, temos 7 Deputados que têm lutado por aquela região e todos os projetos e benefícios que Cascavel e as cidades vizinhas têm recebido do nosso governador do Estado, quero somar os esforços de V.Exa., do Deputado Duílio Genari, do Deputado Hélio Rusch, do Deputado Samis da Silva, do Deputado Colombo, enfim, de todos aqueles Deputados que representam aquela região. Todo sucesso daquela região, de Cascavel, quero dividir com os Senhores Parlamentares que representam a região oeste do Paraná.

É um orgulho para mim estar aqui nesta Casa e saber a nossa região, apesar de um número reduzido, está muito bem representada pela qualidade dos Senhores Parlamentares que representam esse nosso oeste do Paraná.

O oeste do Paraná produz hoje 43% dos grãos que o Estado do Paraná num todo, produz.

Portanto, o oeste do Paraná mostrou a capacidade da sua gente que trabalha, que luta e que transformou aquela região de uma mata selvagem, em uma grande região produtiva e por isso Senhores Deputados é que nós acreditamos que o oeste do Paraná está somando, mas somando com toda a força da comunidade, para que este Estado seja um Estado de destaque no contexto nacional e graças ao trabalho e compreensão daque-

les que dirigem este Estado, inclusive dos Governadores que antecederam o nosso Governador Jaime Lerner, nós estamos construindo um grande Estado, um Estado de respeito e um Estado que tem sido copiado por muitos, a nível de Nação brasileira.

Por isso meus Senhores quero agradecer o apoio de todos aqueles Deputados que têm nos apoiado principalmente na questão da UNIOESTE.

É uma questão fundamental para o futuro daquela região, e por isso devemos conquistar, com muito esforço, com apoio de todos os senhores, aqueles dois novos cursos que hoje estão sendo paralisados por ordem da Justiça Federal.

Meu caro Caíto Quintana, o Senhor é testemunha e acompanha. Quando entraram na Justiça Federal, estimulados pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação Ubaldo Puppi, ele estimulou os Conselhos Regionais de Medicina e de Odontologia aqui de Curitiba, a entrarem na Justiça Federal e esses representantes dessas duas categorias estão desgastando toda a sua classe no Estado do Paraná, porque as pessoas imaginam que eles estão interessados em apenas manter o seu mercado, não querendo aumentar o nível de concorrência.

Sequer os presidentes do de Medicina e do Conselho Regional de Odontologia conhecem a região oeste e muito menos as obras que estão sendo realizadas lá em Cascavel e da região, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, são da melhor qualidade, são bem equipados.

Portanto, não merecemos essa discriminação de Conselheiros de Presidentes de Conselhos, que nem sequer conhecem a região.

Por isso faço um apelo até com humildade, para que esses dois Presidentes, do Conselho Regional de Medicina, do Conselho Regional de Odontologia, para que façam, junto com os 7 Deputados da Região, façam uma visita na região oeste, vão conhecer as condições e a qualidade que nós temos a oferecer para formarmos bons profissionais.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Edgard Bueno, nós no passado tivemos uma discussão grande com o Governo do Estado a respeito da possibilidade do Governo repassar recursos para a Faculdade de Francisco Beltrão que era uma faculdade de uma Fundação: O Governo nos alegava, só para o Senhor entender, que havia um custo muito alto já do Orçamento do Estado em escolas do terceiro grau.

E nós dizíamos o seguinte, tudo bem. Acontece que a região sudoeste não tem ne-

nhuma faculdade estadual. Se há um custo elevado há uma concentração de faculdades estaduais em outras regiões e no sudoeste não tem, como não tinha no oeste até há bem pouco tempo atrás e a Universidade de Cascavel teve que brigar por essa estadualização.

Pois bem, esse mesmo argumento, Deputado Edgard Bueno, ele é profundamente válido para a criação de odonto e medicina em Cascavel, que é nada mais nada menos do que o centro administrativo, a cidade mais importante, de maior influência do oeste e do sudoeste do Paraná.

Ora, nós não temos nessas duas regiões importantíssimas do nosso Estado, nenhum curso de odontologia e nenhum curso de medicina. Se os Conselhos interpretam que possam existir cursos já em quantidade suficiente de outras regiões, mas tem cidades a menos de cem quilômetros uma da outra, com duplicação de cursos desta natureza.

Se tem cursos suficientes então feche algum de alguma universidade, mas reconheça o direito do oeste e sudoeste de ter o seu curso de medicina e de ter o seu curso de odontologia. Não de Cascavel, não o direito de Cascavel como cidade ou como município, o direito do jovem estudante do oeste e do sudoeste do Paraná que possa também cumprindo o predicado da sua vocação ter a sua disposição um curso para formação.

Parabenizo a sua luta e tenha a certeza, em todos os momentos que pudermos ser úteis, nos colocamos ao seu lado e ao lado da região oeste para esta luta.

O SR. EDGARD BUENO - Muito obrigado.

Gostaria de convocar os Senhores Parlamentares para uma questão maior. O Estado do Paraná tem apenas uma Universidade federalizada. O Estado do Rio Grande do Sul tem cinco. O Estado de Minas Gerais tem sete, e pasmem os senhores, há um mês atrás na Câmara dos Deputados Federais a Comissão de Educação aprovou a oitava universidade federal do Estado de Minas Gerais. Não temos absolutamente nada contra o Rio Grande do Sul e nem contra o Estado de Minas, mas nós queremos um equilíbrio, nós temos que lutar e convencer os nossos Parlamentares para que lutem por mais uma universidade federal no Estado do Paraná para que haja um equilíbrio e nós se conseguirmos isto nós vamos conquistar para o Paraná mais uma universidade federal e nós temos este direito pela nossa potencialidade pela produção e pela qualidade de nossa gente.

Então, acho, Caíto Quintana, que vale a pena a nossa luta, o convencimento dos Deputados Federais para que tragam, conquistem, exijam mais uma universidade fe-

deral para o Paraná.

A questão da UNIOESTE quero dizer que se abre a luz no momento em que o Governador nomeia para a Presidência do Conselho Estadual de Educação um companheiro, um homem sensível, um homem que está voltado para o interesse da construção e do fortalecimento do oeste do Paraná e portanto do Paraná, o nosso ex-Deputado e hoje que faz parte da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, o nosso querido amigo Paulo Maia. Com a sensibilidade do Governo, do Governador Jaime Lerner em nomeá-lo e com a sensibilidade que ele próprio tem, eu tenho certeza absoluta, já mudou o relacionamento do oeste do Paraná com o Conselho Estadual de Educação.

Portanto, estamos sendo bem recebidos e estamos recebendo que eles querem se aprofundar nas discussões para melhorar a questão dos cursos para viabilizá-los e portanto definitivamente concretizá-los.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Edgard Bueno, eu, em outras oportunidades quando Vossa Excelência se pronunciou sobre o mesmo tema, já tive oportunidade de colocar a nossa opinião a respeito do ocorrido em Cascavel, na UNIOESTE, com relação aos dois cursos a serem implantados.

Acho que não se trata apenas de nós reivindicarmos reconhecimento da UNIOESTE e com a implantação dos dois cursos, na mesma linha de raciocínio do Deputado Caíto Quintana, imagino que nós tenhamos que travar essa luta como sendo uma luta do ensino superior no Estado do Paraná.

Vossa Excelência colocou muito bem: o Estado do Rio Grande do Sul tem cinco Universidades Federais conseguida por aquela gente na época em que o Governo Federal era extremamente ligado ao Rio Grande do Sul. Nós vemos hoje inúmeros jovens, não só da nossa região, mas do Estado do Paraná, sem ter a possibilidade de adentrar numa Universidade, fazendo esses cursos de suas aspirações, tendo em vista que precisam se deslocar até outros Estados tendo em vista o número de vagas reduzido ofertados em nosso Estado. E imagino que essa questão da colocação de mais cursos deva obedecer dois critérios básicos: o primeiro é com relação evidentemente a estrutura, é óbvio que você não vai colocar um curso de nível superior em local que não tem estrutura suficiente para manter esse curso à altura da formação dos profissionais que devem prestar serviço à sociedade.

Agora, não me cabe absolutamente nenhum raciocínio contrário de que não seja a falta de compreensão de que é preciso

democratizar o saber. Acho que essa é a grande luta da implantação de cursos na Uniãoeste, porque nós por exemplo em Pato Branco, aonde o Centro Federal de Educação Tecnológica, Senhor Presidente e Senhores Deputados, incorporou a Faculdade Municipal que existia até então, e não temos a possibilidade, mesmo se tornando patrimônio Federal, com cursos aí que são geridos e até orientados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica, não temos tido oportunidade da colocação de novos cursos. Acho que essa luta da UNIOESTE é uma luta, como falou aqui o Deputado Caíto Quintana, que não é só do Oeste, além do Oeste, do Sudoeste, é uma luta travada no nosso Paraná que há de entender que o fundamental para o acesso de jovens a um curso superior tenha que ser na linha da democratização do saber e da oportunidade que nós temos de cada vez mais ampliar espaços para que a nossa sociedade tenha um serviço relevante de primeira qualidade, e de primeira necessidade como é o caso do curso de odontologia e de medicina.

Parabéns pelo seu pronunciamento, estamos juntos com Vossa Excelência nos solidarizando nessa luta, que não deverá ser uma luta do Paraná porque esta deve ser uma conquista encarada dessa forma, uma conquista do nosso Estado com a oportunidade que nós temos de ter mais uma Universidade no Estado do Paraná com curso de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD BUENO - Meu caro Deputado Zucchi. Acompanhei de perto a união do CEFET com a Faculdade Municipal que existia em Pato Branco, e quero parabenizá-los, todas as lideranças daquela região por ter a inteligência, a determinação em conquistar aquela união de forças. E isso provocou uma valorização principalmente imobiliária nos últimos três anos lá em Pato Branco, que foi uma coisa fantástica, foi o município que mais se valorizou no ramo imobiliário.

Portanto, isso mostra que a educação levada a bom termo, levada com qualidade para uma região, ela transforma, ela enriquece, ela permite que nós possamos educar os nossos filhos mantendo no seu habitat, mantendo junto com as suas famílias, enfim, representando muito melhor a sua região. No melhor momento, depois que preparamos os nossos filhos, no melhor momento que eles poderiam contribuir até melhor do que nós para a sua região, eles estão estudando em cidades longínquas, eles estão se formando em outros centros; e muitos depois de formados não voltam mais para a sua região.

Portanto, é de fundamental importância a consolidação de uma vez por todas da

nossa Universidade. Tenho falado, vou repetir aqui para todos os senhores, o Ministro Jatene, que faz parte hoje do Governo Fernando Henrique Cardoso, é o gerente do corporativismo do Brasil, da área de medicina. Ele está lá hoje fazendo parte de um Governo, Ministro da Saúde, mas com toda sua arrogância, com toda sua sabedoria, tem transmitido à população que não tem sensibilidade social. E portanto fica defendendo que o Conselho Nacional da Saúde precisa medir a necessidade social do Oeste do Paraná para consolidar estes dois novos cursos, na área da saúde.

Portanto, meus Senhores, já fiz um expediente para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando que chame a atenção daquele Ministro, ou que demita aquele Ministro, porque não está representando bem, a nível nacional, a área da Medicina, a área da saúde, principalmente pela sua arrogância. Ele se imagina um ser superior!

Vejo que o Deputado Romanelli estranha ao perceber uma crítica partindo de um Parlamentar do próprio PSDB, mas esta crítica, meu caro Romanelli, já fiz por documentos, já fiz há mais de 45 dias, informando o meu descontentamento e de uma grande parte de Parlamentares, mesmo que seja do seu Governo, com a atuação do Ministro da Saúde. E agora querem implantar mais o IPMF, para que volte estes recursos para saúde. Não é assim que vamos construir um País melhor, não é assim que vamos dar mais saúde para a população! Vamos dar mais saúde para a população no momento em que colocarmos lá representantes que tenham a sensibilidade de poder contribuir, principalmente na área social, das pessoas mais carentes, que hoje têm grandes dificuldades para marcar uma consulta, para ser atendidos, são filas e filas nos hospitais. Para atender tudo isso vamos precisar de grandes mudanças, mudanças profundas. E não se faz mudança com arrogância!

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Romanelli - Deputado Edgard Bueno, de fato me surpreendo com Vossa Excelência, porque é um Parlamentar que veio a esta Casa com uma renovação dos quadros políticos paranaenses, e pela sua trajetória pessoal Vossa Excelência trilhará por longos caminhos na política.

Mas Vossa Excelência levanta justamente esta questão sobre o Ministro Jatene, eu não o conheço, não tenho procuração para defendê-lo, mas vejo que o Ministro faz uma luta desesperada num Governo que tem mostrado uma insensibilidade terrível, para as questões sociais, que é a perna que está faltando no Governo Fernando Henri-

que, e ele luta, de forma muito intensa, para que possa dobrar o orçamento da área da saúde, levando mais seis bilhões de reais, através da criação desta contribuição de movimentação financeira.

Eu, pessoalmente, confesso ao Senhor, acho que claro que se deve passar por uma reforma tributária, mas a área da saúde é emergencial, temos que mudar isso, não é possível mais o Governo continuar pagando 2,40 por uma consulta médica. A situação dos hospitais do Brasil é muito grave, e esta situação só vai se alterar se houver vontade política do Governo em alocar recursos. Tenho visto as declarações do Ministro, do Pedro Malan e o José Serra, e eles não querem disponibilizar um centavo a mais para a área da saúde.

Vi uma entrevista do Ministro que me sensibilizou muito, porque estão questionando por que ele não sai do Governo. E ele disse: "Sou um cirurgião quando meu paciente está morrendo, está precisando de mim, estou ali operando ele, fico com ele, para salvar a vida dele". Por isso que ele não renuncia condição de Ministro da Saúde do Brasil. Acho que um homem que tem esta sensibilidade, para poder desempenhar este cargo, ele é o homem que tem condições de tirar a saúde do caos terrível que estamos enfrentando.

Pessoalmente apoio a contribuição de movimentação financeira, se for vinculada à área da saúde, porque é claro, há roubo, há mau uso, há pilantragem, principalmente nas regiões em que os hospitais públicos são em maior número que os nossos aqui, há muito desperdício. Mas o Ministro é um profundo conhecedor desta área e na minha avaliação está fazendo um trabalho excepcional. Por isso me surpreendo, porque justamente na área social que o Governo Fernando Henrique está cometendo os maiores pecados, ainda recentemente o Presidente da Câmara, do PFL, defendia que qualquer recurso adicional de imposto vá para pagar a dívida pública interna que é de 75 bilhões de dólares, que aumentou quinze bilhões no último ano só na vigência do Plano Real, então creio que na verdade é um viés terrível deste Governo e o Ministro na minha avaliação faz um trabalho excepcional para tentar resgatar uma área, que na minha avaliação, é talvez, seguramente, a pior área hoje das políticas públicas que são exercidas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD BUENO - Agradeço as palavras do Deputado Luiz Cláudio Romanelli e quero dizer que a única saída e a saída emergencial, é a Reforma Tributária, sem a Reforma Tributária não adianta fazer emendas, não adianta buscarmos mais a contribuição da população que já paga muito e os

ombros de cada cidadão que trabalha, que produz, não aguenta mais um imposto.

O Brasil precisa de uma Reforma Tributária com urgência para resolvermos todas essas questões e o Ministro Jatené com todo respeito que tenho como profissional, mas como Ministro, com sensibilidade política que estive no gabinete dele, há 60 dias atrás, com lideranças do Oeste, com o Prefeito Municipal, com alguns Deputados Federais, percebi a sua falta de sensibilidade administrativa na questão política, portanto ele deveria ter ficado nos hospitais, nos consultórios e não no Ministério da Saúde.

É o meu pedido pessoal, como membro do PSDB e portanto é para o Fernando Henrique que já fiz essas reclamações e há 45 dias depois que estou transmitindo aos Senhores.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Deputado Edgard

Bueno, queremos nos somar ao seu pronunciamento concordando inclusive com a questão que diz respeito ao aumento da carga tributária.

Hoje no País temos, entre impostos e taxas, 54 impostos, mesmo pertencendo ao PSDB, achamos essa ideia infeliz, o pequeno, o médio empresário não suporta mais aumento de impostos.

Acho que não é essa a solução do setor de saúde, achamos que o Governo sim deve ir atrás dos sonegadores, deve fazer um trabalho voltado ao aumento da arrecadação, mas não é com aumento de taxas.

Isso está comprovado, que sempre que se aumenta a carga tributária, se diminui a arrecadação. Alguns países dando um exemplo inclusive o Canadá nos anos de 1970, quando foi feita uma Reforma Tributária, onde se diminuiu sensivelmente o número de impostos e onde se aumentou sensivelmente também a arrecadação, então acreditamos que não é esse o caminho, então quero me somar ao seu pronunciamento.

O SR. EDGARD BUENO - Caro Cezar Silvestri, quando Vossa Excelência coloca essa questão de diminuir a carga tributária, quero lembrar aqui que para cada um real arrecadado neste País um é sonegado e muitos daqueles que pregam moralidade torcem para termos governos corruptos para que eles possam também praticar a sonegação. Torcem para que eles possam convencer a população de que não adianta arrecadar os impostos porque o dinheiro vai ser desviado. Temos que fazer uma correção de caráter, não só dos governantes, mas também da população que hoje fica torcendo para voltar a inflação para que eles possam com mais facilidade, na garupa daqueles que trabalham, dos assalariados ganhar mais dinheiro.

Temos que corrigir e quero lembrar ao Deputado Cezar Silvestri que hoje, com o interesse do Governo tanto estadual como federal em arrecadar mais porque precisa aplicar mais dinheiro, principalmente nas áreas sociais, temos fiscais corruptos batendo na porta de cada empresário, de cada comerciante, de cada industrial e acertando o problema do seu bolso e esquecendo que o Estado precisa arrecadar mais.

No momento em que diminuirmos a carga tributária e convenceremos o cidadão que esse dinheiro precisa ser arrecadado e que esse dinheiro será bem aplicado, com certeza absoluta Senhores vamos diminuir a corrupção daqueles fiscais que estão acostumados a achacar cada empresário, cada trabalhador, cada produtor. Por isso quero fazer um apelo aqui a todos os Senhores. Vamos mandar mensagem, vamos lutar para que a Reforma Tributária seja uma questão de urgência para o País, e que através da sensibilidade política, administrando a carga tributária e o convencimento da população, possamos arrecadar mais, atender as áreas sociais tão sofridas neste País, e com certeza absoluta diminuir a corrupção. A corrupção hoje em todos os governos municipais, estaduais e federais faz parte da cultura daqueles que lá nos representam.

Por isso faço esse apelo e esse desafo para que cada um Parlamentar, para que cada um dos Senhores possam ajudar a organizar a vida nesse País e lutar desesperadamente contra a corrupção, a população não aguenta mais ver tantos desmandos, tanta corrupção e os bandidos de colarinho branco soltos, os ladrões de galinha estão presos, mas aqueles que roubam o dinheiro da população, o dinheiro da saúde, o dinheiro da escola dos nossos filhos esses estão viajando para Paris, viajando para os Estados Unidos, para Inglaterra. Portanto, meus Senhores Deputados, muito obrigado pela atenção de todos e vamos juntos construir um Brasil melhor para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente com a palavra o Deputado Edgard Bueno usando já a Liderança do PSDB, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus. (Declina)

Concedo a palavra ao PDT. (Declina)

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Elío Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O que nos traz a essa tribuna na sessão de hoje, é em relação a vinda do Presidente da Câmara dos Deputados Luiz

Eduardo Magalhães no dia de amanhã para o nosso Estado.

Diga-se de passagem que as lideranças políticas do Estado do Paraná, através da Associação de Jornalistas, da Imprensa do nosso Estado, estão convidando as mais diversas autoridades federais do Estado do Paraná que exerçam cargos no Governo da Presidência da República. Homenagem igual a esta já foi prestada para os dois Ministros - para o Ministro da Agricultura José Eduardo de Andrade Vieira, para o Ministro da Previdência Social Reinhold Stephanes e para outras autoridades também. E desta feita o Estado do Paraná através das entidades que organizam esse evento, essa recepção, recebem o Presidente da Câmara dos Deputados no dia de amanhã. Quem é ele? Luiz Eduardo de Magalhães.

(Lê):

"É um jovem Presidente da Câmara dos Deputados foi um dos Deputados Constituintes que mais lutou pelos interesses nacionais, sempre defendendo a democracia plena. Tornou-se assim um dos principais expoentes de nossa política, sendo um dos responsáveis pelo crescimento e fortalecimento do Partido da Frente Liberal em nosso País.

Hoje, como Presidente da Câmara dos Deputados, vem promovendo uma moralização àquela Casa de Leis como há muito não se via no Brasil. Suas atitudes são pautadas pela probidade e devem servir de exemplo a todos aqueles que exercem cargos públicos.

O Sr. Luiz Eduardo de Magalhães é empresário e advogado, tendo sido Deputado Estadual filiado ao PFL da Bahia de 1979 a 1987 e Deputado Federal Constituinte de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995, estando hoje em seu terceiro mandato.

Em suas atividades parlamentares na Assembléia Legislativa da Bahia foi Presidente de várias Comissões, especiais e permanentes, atuando como Presidente da Mesa Executiva de 1983 a 1985.

A Associação Paranaense de Imprensa formulou convite ao Senhor Luiz Eduardo de Magalhães visando o debate com jornalistas paranaenses sobre questões de interesse do Estado e do País, confirmando sua presença em Curitiba no dia 04 de agosto próximo. Ele cumprirá uma extensa agenda de programação em nossa cidade, que incluirá almoço com o Governador Jaime Lerner, encontro com Prefeitos, visitas aos Presidentes da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça, reunião com dirigentes de entidade empresariais, da classes e sindicais, fechando o programa com um jantar de homenagem em Santa Felicidade."

Luiz Eduardo Magalhães sem sombra de dúvida é um político expoente em nosso País e o Estado do Paraná após muitos e muitos anos, abre seus olhos para o inte-

resse do nosso Estado e deixa-se de lado as cores partidárias, independente de que partido pertençam ou estejam filiados os homens que exercem cargos públicos na esfera federal.

O Estado do Paraná, administrado por Jaime Lerner e, diga-se de passagem, pela primeira vez que conheço na história política desse Estado que um Governador reúne uma Bancada Federal, discute os problemas com todos os Partidos, de interesse do nosso Estado. Não podemos esquecer jamais, não podemos cruzar os nossos braços, diante de um lamentável fato e da grande perda que o Estado do Paraná teve na promulgação da Constituição de 1988, quando se negociou os "royalties" em troca da isenção e da imunidade do ICMS na exportação da energia elétrica e de lubrificantes, combustíveis e outros derivados.

Em 1991 ocupávamos esta tribuna e alertávamos as perdas que o Paraná vinha obtendo com o dispositivo constitucional no artigo 155, no inciso X, letra "b". Levantávamos os dados somente com uma empresa, ou seja, a Itaipu Binacional e chegamos ao número astronômico que o Paraná perdia e perde: 13 milhões de dólares por mês de ICMS diante desse dispositivo. Poucos Deputados, na época, acreditaram nos números que levantávamos e transmitimos para todos os Deputados na legislatura passada e fizemos chegar no gabinete de cada Deputado. Levamos ao Governador Roberto Requião, ao Secretário da Fazenda e só em 93, quando presidia a Assembléia Legislativa o Deputado Pessuti, através dessa Assembléia e da Secretaria da Fazenda, através da Associação dos Municípios do Paraná, da AMP, foi feito um trabalho técnico e se chegou aos números que o Paraná perde, números que chegam a ultrapassar ou chega quase a 300 milhões de dólares por ano.

É quase um milhão de dólares diante desse dispositivo e o Governador não fez nada e nada se fez na reforma da Constituição. Se não fossem os municípios energéticos do nosso Estado, se não fosse esse Deputado e outros Deputados da Legislatura passada, que participaram da reunião no Estado do Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Belo Horizonte e em Brasília e em diversas reuniões que fizemos com a Bancada Federal e o Governo não fez, mas agora para felicidade nossa, o Governador Jaime Lerner realiza a primeira reunião no Estado do Rio de Janeiro, onde participaram cinco governadores e mais dois vice-governadores. Sete Deputados têm participado. Na semana que vem, dia 8, está agendada uma outra reunião no Estado de Minas Gerais para que estes Estados se mobilizem, para que o Governo desses Estados que exportam energia

elétrica, que exportam combustíveis se unam na reforma tributária e que seja excluído da Constituição a imunidade do ICMS para esses produtos que são exportados.

E é isso que vamos fazer, é isso que vamos unir nossa força. E a vinda do Luiz Eduardo Magalhães, amanhã, para o Estado do Paraná, sem sombra de dúvida, o principal assunto que haverá de ser discutido com ele, com as lideranças políticas, com os Prefeitos do Paraná e com o Governador durante um almoço, haverá de ser discutido isso.

Precisamos o aval do Presidente da Câmara dos Deputados. Precisamos o aval e o apoio de todas as forças políticas do nosso Estado. Porque com esse dispositivo, o Estado do Paraná, se mudarmos isso, terá um incremento na ordem de 20% no bolo do ICMS. Isso representa para o Paraná mais dinheiro. Com mais dinheiro pode fazer mais obras para o Estado. E, felizmente, temos hoje, o engajamento de todas as forças vivas da sociedade.

E fazemos questão para que os Senhores Deputados participem, amanhã, na recepção do Presidente da Câmara dos Deputados, às 10:30 horas no aeroporto Afonso Pena e à noite no Restaurante Madalozzo. O convite é estendido a todos, para os nossos Deputados Estaduais e os seus Prefeitos. Vamos participar desta mobilização, porque esta mobilização é de interesse do Paraná.

Concedemos aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, muito especialmente no que se refere à excepcionalidade contida no art. 155 da Constituição Federal - a imunidade tributária inserida na Constituição de 1988, com muita habilidade pelo Estado de São Paulo, que é um Estado importador, um flagrante prejuízo à sociedade paranaense. Nós, que fomos ludibriados, o Estado, que foi ludibriado com uma modalidade que é compensatória, indenizatória, não tem caráter tributário, que são os "royalties". E, efetivamente, não tem nenhuma identidade ou similaridade com aquilo que temos, de direito, que é a cobrança do ICMS na transferência da energia para outros Estados.

O Paraná perde muito e o Senhor colocou com extrema propriedade e vemos - a cada momento - em que se fala de reforma tributária, os artifícios que o governo Federal, infelizmente, tenta usar, para ludibriar não só neste momento a sociedade paranaense mas a sociedade brasileira. Quando nos deparamos com o empobrecimento dos municípios do Estado do Paraná e de todo o Brasil, o empobrecimento do nosso Estado com as dificuldades que se tem da arrecadação de impostos extrapola, até

mesmo, a vontade política do governo em razão da grave crise na economia nacional que enfrentamos. E agora nos apercebemos que, novamente, quer, fundir-se, que é uma iniciativa muito importante e muito boa: o ICMS com o IPI. Mas deseja-se, com esta fusão de impostos, centralizar a arrecadação na mão do Governo Federal. Um absurdo, um casuismo que será, com certeza, penitenciado os municípios brasileiros e os Estados. Os nossos Governadores, o Governador Jaime Lerner, assim como se pronunciou o Governador Brito, do Rio Grande do Sul, com veemência, protestando contra a fusão desses impostos, não contra a fusão, mas principalmente contra a centralização na mão do Governo Federal, tem que acontecer. O Governador vai a Belo Horizonte, vai se discutir a nível nacional a reforma tributária que deve sim ser ampla, devemos reduzir o número de impostos, diminuir a carga tributária e dimensionar o Brasil que os brasileiros desejam, ou seja, a sociedade deve pagar por aquilo que ela espera do Estado e automaticamente quem deve decidir isto é a sociedade brasileira.

Vamos pagar impostos na medida exata que o Governo retribua à sociedade brasileira e vamos dar condições para que os municípios brasileiros possam sobreviver, vamos dar condições para que o Estado brasileiro possa, inserido num contexto federativo ter força política e econômica, sem jamais um Governador do Estado, um Prefeito Municipal ter que ir com o chapéu na mão pedir benção ao Governo Federal ou os municípios pedir a benção ao Governo Estadual.

Então era esta a nossa solidariedade ao seu pronunciamento, dizer que esta excepcionalidade contida no artigo 155 é um assalto articulado pelo Governo, pelas lideranças paulistas, num engodo, colocando os "roalties" como desculpa compensatória ao "roaltie" que não tem nada a ver com questão tributária, tem caráter apenas indenizatório pelas nossas terras que foram inundadas no Estado do Paraná e lutarmos para que a reforma tributária exista, mas para tirar este peso, este fardo pesado do ombro da sociedade brasileira, cobrando-se somente aquilo que a sociedade espera que o Governo faça em benefício dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradecemos ao Deputado Durval Amaral, uma pessoa altamente qualificada, técnica, que tem se aprofundado nessa matéria, já pelo seu próprio passado, que trabalhou na Secretaria da Fazenda, é conhecedor da lesão que se causou a todos os Estados, não só o nosso Estado do Paraná, mas ao Estado do Rio de Janeiro, principalmente, pela alta produ-

ção de petróleo que existe, agora em Santa Catarina e tantos outros Estados mais.

E temos praticamente certeza, Deputado Durval Amaral, se a classe política se unir e se conscientizar da realidade desses fatos, haverão de convencer os paulistas de se somarem junto conosco, porque o próprio paulista, um dos articuladores na época, da imunidade dessa isenção, foi o Deputado José Serra, que hoje é Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, e ele que foi o grande responsável pelas perdas que o Paraná teve. Lógico, ele como paulista, defendeu os interesses do seu Estado, mas faltou habilidade na época, de todos os constituintes, não queremos criticá-lo, mas faltou atenção exatamente para se fazer um cálculo mais aprofundado, que muitas vezes se incorre neste erro.

Mas, temos certeza, Deputado Durval Amaral, que com esse engajamento de toda essa sociedade organizada hoje, a força política, possamos reverter, e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através do Bloco Municipalista, já assinamos também o requerimento, a solicitação que será entregue para o Presidente da Câmara no dia de amanhã, e o Coordenador do Bloco, Deputado Toti Colaço, que haverá de participar de toda essa solenidade, haverá de fazer chegar às mãos do Presidente da Câmara essa nossa reivindicação, que sem sombra de dúvida, é uma das grandes lutas do Estado do Paraná.

Muitas vezes brigamos por pequenas questões e nos esquecemos das grandes conquistas que o Paraná poderá ter.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Deputado Seleme.

(Declina)

Com a palavra, o Deputado Vanhoni.

(Declina)

Com a palavra, o PMDB. Deputado Toti Colaço. Deferimento de Caíto Quintana.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Gostaria, antes de fazer um comentário a respeito do assunto que me trouxe a esta tribuna, de deixar registrado nos Anais desta Casa, um agradecimento a um Secretário do Estado.

No decorrer do recesso parlamentar, agora em julho, encontrava-me no meu escritório em Irati e recebi um telefonema do Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, me convidando para participar da entrega de alguns cheques no Município de Imbituva e de Prudentópolis, na companhia do Deputado João Techy, que é também da nossa região.

Fiquei surpreso, ou melhor, fui surpreendido, porque muitos Secretários de

Estado já estiveram na minha região, estiveram em Irati inclusive, e sequer fui lembrado, convidado, participado; porém, quero deixar aqui neste momento, este registro que o Deputado Hermas Brandão, Secretário da Agricultura, me fez esse convite. Estive presente, aonde ele fez a entrega dos cheques aos pequenos agricultores, num projeto da correção de solo estabelecido pela Secretaria da Agricultura, que já vinha sendo executado pelo Governo anterior, mas que agora, de uma forma diferente, foram duas reuniões muito importantes, muito estimulantes, principalmente para os Prefeitos e para os pequenos agricultores daqueles dois municípios.

Estamos aguardando para as próximas semanas nos demais municípios também para que aconteça o mesmo fato.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Élio Rusch e de outros Parlamentares, e o assunto que me traz a esta tribuna diz exatamente respeito ao que vai acontecer amanhã aqui no Estado do Paraná. Teremos a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Luiz Eduardo Magalhães: mesmo não sendo, é claro, do partido ao qual pertença, o PMDB, tenho, é claro, a ele, um respeito pelo fato de estar representando principalmente o Poder Legislativo do nosso País. E diante da sua presença, da sua visita aqui no Paraná, o Bloco Parlamentar Municipalista não poderia ficar alheio a esta visita.

E de posse de uma vasta documentação da assessoria técnica da Assembléia Legislativa, muito especialmente liderada pelo nosso professor Nilton Lubek (?), faremos a entrega, amanhã, Deputado Élio Rusch, em nome de todos os membros do Bloco Municipalista, de um vasto documento, para que o Presidente leve a Brasília e possa contribuir para a reforma constitucional que aí está sendo procedida a nível de Brasil.

Havíamos destacado aqui exatamente dois pontos para comentarmos aqui hoje pela manhã desta tribuna, e por ironia do destino, Vossa Excelência abordou um deles com muita propriedade, que é a isenção do ICMS que sai do nosso Estado para o Estado de São Paulo e outros Estados da Federação, inclusive corroborado pelo Deputado Durval Amaral.

Então, esse é um dos documentos, uma das reivindicações que o Bloco Municipalista, que esta Casa fará entrega ao Presidente da Câmara dos Deputados, que estará aqui conosco.

Aliás, ainda sobre este assunto, queria apenas fazer um complemento, Deputado Élio Rusch. Desde o ano de 91, quando aqui aportamos, vindos do interior do Paraná e

já participando do Bloco Municipalista, um dos primeiros temas abordados já foi esta isenção da tributação do ICMS, que está fundamentada no Artigo 155 da Constituição Federal.

Desde aquela época, foram feitas "n" reuniões, não só do Bloco Municipalista, o Conselho Parlamentar do Sul, liderado pelo Deputado Orlando Pessuti, pelo Deputado Zuk. Tive a oportunidade de ir, por diversas vezes ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, acompanhando os eminentes Deputados, e lá foi debatido exatamente este assunto. Alguns de nossos deputados federais, já os vimos empenhados nesta batalha!

E o que mais me surpreendeu, recentemente, e que me parece que aquela luta começou a ter força, é que os Governadores agora se tocaram que estão perdendo divisas, perdendo recursos! O Paraná chega a perder até 300 milhões de reais, num valor aproximado, durante o ano.

O próprio Governador Jaime Lerner hoje também encampou esta luta, o Britto lá no Sul também, amanhã ou depois os outros governantes também haverão de encampar. Porque é somente com a presença dos Governadores, da nossa imprensa, é que haveremos de alterar este dispositivo constitucional. Até porque na época, quem defendeu a implantação deste dispositivo, hoje estão no comando do nosso País!

Por isso é muito importante o engajamento do Governador Lerner nesta batalha, Deputado Rossoni, Líder do PDT nesta Casa, Deputado Algaci, Líder do Governo nesta Casa de Leis, a presença à frente desta luta, para reverter este quadro do Artigo 155 da Constituição Federal. Só será possível se o Governador Jaime Lerner sair como máquina deste trem, puxando esta batalha. Nós, Deputados, estaduais e federais, seremos assessores nesta luta, na mobilização da sociedade.

Haveremos de estar presentes com nosso Bloco, no Rio Grande do Sul, e também em Santa Catarina. Dia 30 estaremos em Brasília, amanhã ou depois em Maceió, representando esta Casa de Leis, mas a batalha, o discurso é um só: mostrar a quem quer que seja, os prejuízos que o Estado do Paraná vem tendo pela não cobrança do ICMS com relação à energia elétrica.

Concedo o aparte ao Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Toti Colação, Vossa Excelência, com muita propriedade e conhecimento traz este assunto a debate na Sessão de hoje, juntamente com os Deputados Élio Rusch e Durval Amaral.

É necessário que se reafirme, mais uma vez aqui, infelizmente não temos tido a necessária divulgação através da imprensa para este problema e também não temos tido

a valorização necessária deste Parlamento acerca deste assunto.

Todos sabemos que esta questão ligada à imunidade tributária de ICMS para energia elétrica, petróleo e derivados nas transferências de um Estado para outro, isso começou a ser levantado em reuniões do Bloco Municipalista e depois pelo Bloco Agropecuário, que foi quem em janeiro de 1989, logo após a promulgação da Constituição em outubro de 1988, o Bloco Agropecuário coordenou reuniões aqui na Assembleia Legislativa, envolvendo 61 entidades do Paraná, seja do setor produtivo, agropecuário, industrial, comercial, prestador de serviço na elaboração da nossa Lei 8.933, que é a Lei do ICMS do Estado do Paraná.

Posteriormente, com a chegada de Vossa Excelência e de outros Parlamentares, Vossa Excelência e na ocasião o Deputado Albino Corazza Neto, vieram organizar o Bloco Parlamentar Municipalista e a partir daí com presidente de associações e com a presença do nosso Presidente da AMP, à época José do Carmo Garcia, iniciou-se a discussão da problemática do ICMS do Paraná, e o assunto imunidade tributária e os prejuízos que o Paraná tinha na transferência de energia elétrica para outros Estados sem receber ICMS foi surgindo, os dados foram sendo buscados e aí tivemos a participação efetiva do nosso companheiro, assessor desta Casa, o professor Nildo José, que somando esforços com um outro amigo nosso da Secretaria da Fazenda, professor Homero Arruda, elaboraram todo esse trabalho, que hoje é subsídio para todos nós do Estado do Paraná, que foi subsídio para nós do Conselho Parlamentar do Sul, onde junto com Vossa Excelência, os Deputados Zuk, Algaci Túlio, Djalma, Nereu, em muitas oportunidades estivemos em Florianópolis, em Porto Alegre, Campo Grande e aqui em Curitiba, debatendo assuntos do MERCOSUL, questões tributárias que envolvem esses quatro Estados e conseguimos, inclusive, em Campo Grande e durante uma palestra que fizemos como Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, o apoio desses outros estados, num documento que enviamos naquela ocasião ao Congresso Nacional, que tratava da revisão da Constituição, um apoio deles em cima dessa proposta do Paraná, que é de suprimir o inciso VI, se não me falha a memória, do Artigo 155, que trata da imunidade.

É muito importante que o papel da Assembleia Legislativa, através do Bloco Municipalista, coordenado por Vossa Excelência, que tem a nossa participação e de outros tantos Deputados, fique registrado.

É fundamental que se registre aqui a participação da Associação dos Municípios

do Paraná, através do José do Carmo Garcia, agora através do Luiz Amaral, o trabalho do Professor Nildo José, do Professor Homero Arruda, da Secretaria da Fazenda, a colaboração que tivemos da COPEL, da ELETROSUL, da Itaipu e do pessoal da SESP inclusive de São Paulo, nos fornecendo os dados e quero dizer a vocês que me sinto neste aspecto um político de certa forma realizado, porque foi uma das bandeiras que abraçamos junto com o Bloco Municipalista, com V. Exa., os demais companheiros, como Presidente desta Casa e tive a grata satisfação de durante esse período da campanha eleitoral, ver na televisão, no rádio e nos jornais, tanto o candidato Jaime Lerner, como Álvaro Dias, como os candidatos a Senadores Osmar Dias, Roberto Requião e todos os demais candidatos falaram desse assunto e assumiram compromissos e na reforma tributária defender os interesses do Paraná no que diz respeito ao fim desse inciso e a permissão para que se cobre ICMS na transferência de energia elétrica do Paraná para outros Estados, mormente para o Estado de São Paulo.

E fico satisfeito porque não só a classe política fala a respeito desse assunto, recentemente li uma ampla reportagem nos jornais, se não me falha, Indústria e Comércio, patrocinada por um grande amigo nosso hoje Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, o Faraj Curi, falando sobre esse assunto e defendendo a posição do Paraná e vejo que alguns jornais do Estado do Paraná, nos últimos dias, em função dessa reunião de governadores colocaram esse assunto como prioritário para que possamos defender.

É importante que a população paranaense saiba do trabalho da Assembleia Legislativa, porque muitas vezes se diz que a Assembleia Legislativa não produz, não trabalha em favor do Paraná, entendo que só esse trabalho levantado pela Assembleia Legislativa vale um mandato inteiro, vale uma legislatura inteira para todos nós. Vamos cerrar fileiras e quero cumprimentar V. Exa., o Deputado Élio Rusch que amanhã estarão no jantar com o Presidente Luiz Eduardo, Presidente da Câmara dos Deputados.

É importante essa conversa com o Presidente Luiz Eduardo, porque ele vem da Bahia, e a Bahia, a exemplo do Paraná, é um Estado que com a mudança na Constituição terá também um acréscimo significativo na arrecadação do ICMS, dado que é um Estado produtor e transformador do petróleo bruto lá naquele Estado. Portanto, não poderei estar neste jantar, porque tenho um compromisso no interior do Paraná, mas tenho certeza que V. Exa., Deputado Élio Rusch, Deputado Romanelli, que ainda pouco me disse, que estará presente, serão por-

ta-vozes do Estado do Paraná na defesa do interesse que é nosso e do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, precisaria de alguns minutos para concluir, utilizaria a Liderança do PP, se for possível. Obrigado.

A respeito desse assunto, já foi amplamente discutido e falado inclusive com o complemento importante da participação do Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Algaci Túlio: Me permite um aparte?

O SR. TOTI COLAÇO - Com muito prazer, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo e dizer da importância das colocações que faz V. Exa. na tribuna, e dizer que esse momento é importante para o Estado do Paraná.

Quando o Governo do Estado, quando os políticos do Estado se levantam na bandeira em defesa da reforma tributária, em defesa do Estado, do Estado do Paraná, que é um Estado eminentemente agrícola, e que vem pagando um alto preço em consequência do "Plano Real" que está aí.

Não podemos mais uma vez ceder terreno. Se perdermos a questão do ICMS da energia, na última Constituição Federal, é o momento de resgatar esse espaço. Tenho certeza que a bandeira levantada não só pelo Governador, e ainda hoje tive a felicidade de ouvir do ex-Governador Roberto Requião, a quem eu possa ter algumas questões pessoas, mas reconheço também que aquele Senador hoje somava-se nesta luta em defesa do ICMS sobre a energia.

Acho que isso é importante, esquecermos a questão política partidária, e todos somarmos nesta batalha. Acho oportuna também presença do Presidente do Congresso, aqui amanhã, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, que também é uma demonstração de respeito ao Estado do Paraná, não só as Lideranças do PFL, mas vem aqui colher subsídios das Lideranças do seu partido, das Lideranças de outros partidos, que vai também sentir a nossa vontade, a nossa força de lutar pelos direitos do Paraná.

Acho que vivemos um bom momento, Deputado Toti Colaço, em que pese toda a recessão que atinge o País, e ainda acreditamos que o "Plano Real" vai dar certo, porém, algumas torneiras precisam ser abertas imediatamente sobre pena de pagarmos caro por isto.

Está aí a onda de desemprego, empresas fechando, outras dando férias coletivas, tudo isso precisa ser feita uma revisão agora através do Governo Federal e dos

seus técnicos da área econômica-financeira.

Então cumprimento pelo seu pronunciamento, acho que é essa a somatória de esforços que vai levar a recuperar o seu verdadeiro caminho, o seu verdadeiro potencial que é, que distribui tanta riqueza para o País, mas que lamentavelmente recebe muito pouco por isso.

Quero parabenizá-lo por isso.

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio, pelo aparte.

Eu, para finalizar, abordando mais um assunto que é de interesse extremo dos municípios paranaenses; que é a federalização do ICMS.

Já havíamos falado, há dois meses atrás, dessa tribuna, havíamos alertado esta Casa através de pronunciamento, que isto seria possível, estava correndo nos bastidores e corredores em Brasília. E o fato é que aí está, a idéia crescendo, a idéia não é mais idéia é a intenção direta de se incorporar, de se extinguir o ICMS, o ISS e o IPI, fazendo um Imposto só, o Deputado Durval Amaral, fez um comentário rápido a respeito desse assunto, tenho a minha extrema preocupação.

Se nós, - já digo em nome dos municípios paranaenses, - não temos condições de acompanhar de perto o que se arrecada no Estado do Paraná e a forma, critérios, mecanismos para distribuição para cada município, se estão corretos ou não, imaginemos nós, tudo isso centralizado em Brasília? O que será dos municípios? Como serão fiscalizadas as arrecadações municipais, principalmente através do ICMS que é arrecadado no município e do próprio ISS.

Essa é a preocupação nossa e está inserido no nosso documento. Além disto, outras propostas que estão sendo encaminhadas através do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, as sugestões que o Paraná, que o Bloco Municipalista apresentam.

Faremos a entrega oficialmente amanhã, no Plenarinho da Assembléia, do que o Paraná deseja e quer a respeito da reforma constitucional.

Por último queria sugerir ao nosso Presidente, Luiz Carlos Zuk e ao nosso Presidente titular, Deputado Aníbal Khury, que estamos num momento de decisão da vida do povo brasileiro e dos estados da federação. É um problema da reforma tributária. Que se formasse uma comissão permanente nessa Casa aqui. Temos necessidade de termos aqui um Bloco de Deputados de 3, 4 ou 5 que já têm conhecimento no setor financeiro e tributário, para acompanhar de perto o que acontece em Brasília, para subsidiar os nossos Deputados Federais, para terem em mãos permanentemente, o que

está pensando a Assembléia Legislativa com relação à reforma tributária a nível de País.

Acho importante que se forme uma Comissão na semana que vem para acompanhar de perto, porque acompanhamos pela imprensa. Os Deputados, pelas suas Lideranças, mas acho que a Casa como um todo, teria por dever e obrigação, ter uma Comissão de 3 Parlamentares para acompanhar o que está acontecendo em Brasília e levar para os nossos Deputados Federais, para as outras Bancadas, auxiliar o pessoal nosso em Brasília, na reforma que agora vai entrar: primeiro, na reforma tributária fiscal, em seguida, a reforma da previdência social que diz respeito ao ser humano e que vai mexer profundamente na vida do cidadão brasileiro e não podemos ficar alheios e desatentos ao que está acontecendo em Brasília.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças.

A Mesa Executiva em nome de todos os componentes e de todos os Deputados, tem a alegria e satisfação de anunciar que no dia de hoje a nossa companheira Deputada, a mulher que representa todas as nossas mulheres, filhas e a mulher da nossa família, está fazendo aniversário e quando chega entre os 30 e 40 deve ser muito bem comemorado.

A Deputada, Irondi Pugliesi, em nome do Poder Legislativo, de todos os companheiros, nós a cumprimos e cedemos a palavra para que dirija uma saudação em nome das mulheres.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Quero agradecer os cumprimentos dos companheiros, o carinho, a atenção e a solidariedade pelo meu aniversário hoje.

Meu abraço especial a todos, pelo carinho que recebi de todos os meus colegas Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Algaci Túlio em nome de toda a Mesa Executiva e dos Srs. Deputados entregará uma lembrança à nossa querida Deputada.

Encerrado o Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

A Mesa anuncia a presença em nosso meio do ilustre Deputado Senhor 3º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, Deputado Paulo Stevan.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CIMESPAR), com sede e foro na Cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/95, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública o "Abrigo da Infância e Juventude" de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Imprensa - API", com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Academia Cultural de Santa Helena - ACULT, com sede e foro no Município de Santa Helena. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/95, de autoria do Deputado Emerson Nêrone, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Defesa ao Meio Ambiente de Umuarama - ADEMA". PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde" - FHISA, com sede e foro no Município.

bio de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza a realização de plebiscito, visando criar o Município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre o apoio ao uso do calcário nas micro e pequenas propriedades rurais, que observem as diretrizes básicas de zoneamento e práticas agrícolas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.A.I.C. e C.E.M.A.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 20.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 059/95

P A R E C E R:

Trata-se de matéria que vem de encontro ao incremento da produtividade agrícola, visando o fortalecimento da agricultura.

Esta relatoria solicitou diligências junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento que, através de seu Secretário, respondeu favoravelmente à iniciativa do autor.

Na análise do aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, esta relatoria entende não haver óbices para sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 59/95

P A R E C E R:

O presente projeto em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi, visa apoiar o uso de calcário nas micro e pequenas propriedades rurais, que observem as diretrizes básicas de zoneamento e práticas agrícolas do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após analisar o aspecto constitucional e legal, e solicitar diligência à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento posicionou-se favoravelmente à aprovação da referida matéria.

Esta relatoria ressalta que na resposta da diligência, solicitada pela C.C.J. (Comissão de Constituição e Justiça) consta que estão sendo desenvolvidos pela

Curitiba, quinta, em 03.08.95

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, programas e campanhas para fomentar o uso de corretivos de solos, existindo recursos orçamentários disponíveis que permitirão a aquisição de 500.000 (quinhentos mil) toneladas de calcário, para auxílio aos micro e pequenos produtores.

Assim sendo, no que lhe cabe opinar, o parecer desta Comissão é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO FESSUTI - Relator

COMISSÃO DA AGRICULTURA

PROJETO DE LEI Nº 59/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, cuja autoria é do nobre Deputado Augustinho Zucchi, dispõe sobre o uso do calcário nas micro e pequenas propriedades rurais, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

O projeto de lei é muito bom e viabiliza o uso do calcário nas micro e pequenas propriedades. Nestas, muitas vezes a produtividade está condicionada ao uso deste insumo. O nível de descapitalização atual que se encontra a maioria destes mini e pequenos produtores dificulta a adoção desta tecnologia. A implantação do subsídio, ao contrário, deverá provocar incentivo à demanda com conseqüente aumento da produtividade a nível destas propriedades.

Todo o conteúdo técnico disposto no projeto é coerente.

O parecer desta Comissão é favorável à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
EDUARDO LACERDA TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 59/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi tem por objetivo dispor sobre o apoio ao uso do calcário nas micro e pequenas propriedades rurais, que observem as diretrizes básicas de zoneamento e práticas agrícolas do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao mérito do referido projeto, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.95.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2004, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2009 a 2022, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2023, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2027, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2025, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2005 e 2006, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2026, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2000, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 2001, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa concede a palavra ao ilustre visitante, Deputado Paulo Stevan, que faz parte da Mesa Executiva da Assembléia de Mato Grosso do Sul, e, conosco, divide a parceria do Conselho Parlamentar do Sul, aonde o ilustre Deputado Picarelli sempre está presente nas reuniões realizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e aqui no nosso Paraná.

Com a palavra o ilustre Deputado que nos honra com sua visita.

O SR. PAULO STEVAN - Deputado ilustre Presidente desta Casa, Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados, é uma satisfação estar aqui visitando esta Assembléia que é tida como uma das mais atuantes e mais vibrantes das Assembléias Legislativas deste País.

Estamos numa viagem informal, visitando alguns amigos, na companhia do Dr. Nelson Jorge que nos recebeu com galhardia, com bastante carinho, na manhã de hoje aqui em Curitiba, e quero nesta oportunidade, Senhor Presidente, agradecer a re-

cepção de Vossa Excelência, bem como dos demais membros desta Casa, e nos colocar à disposição, haja vista que a partir deste ano já somos parceiros do sul.

Ainda há pouco fiz uma brincadeira ali no gabinete do Deputado Anibal Khurv, dizendo o seguinte: que Mato Grosso do Sul talvez não devesse ter este nome, talvez devesse se chamar Paraná do Oeste, dado à grande similaridade que temos do nosso comércio, nossa cultura, as nossas tradições e a amizade que une os nossos dois povos.

E quero então, realmente nos colocar à disposição para os problemas e as questões que os colegas tenham necessidade lá naquele Estado, na minha pessoa, e colocar também a nossa Assembléia Legislativa a serviço de cada um dos membros desta Casa.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecemos a ilustre presença que vem acompanhado do sempre amigo e querido Nelson Jorge, chefe de gabinete do vice-Prefeito de Curitiba, o nosso Senador, José Carlos de Carvalho, o Carvalhinho.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 059/95.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 165/95, 177/95, 182/95, 195/95, 206/95, 217/95 e 222/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco, às 9h30min, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, contando com a presença dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira e Reny Borsatto. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei n° 049/95 oriundo da

Mensagem Governamental nº 08/95. Na sequência, o Senhor Presidente solicita ao Deputado Irineu Colombo, relator do Projeto supra citado, que apresente o seu Parecer. Parecer pela Aprovação, observando a Emenda Substitutiva Corretiva. Colocado em discussão houve várias manifestações sobre a matéria, razão pela qual o Senhor Presidente propõe que o Projeto seja retirado da pauta, solicita ainda, que o Secretário dessa Comissão mantenha contatos com os técnicos da SEAB, a fim de acertar alguns aspectos técnicos que por ventura tenham que ser modificados, ficando proposto também, a inclusão da matéria em pauta da reunião do dia 06.06.95. A proposta do Senhor Presidente colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Na continuidade dos trabalhos o Senhor Presidente coloca para apreciação dos demais membros da Comissão, o problema do recolhimento dos impostos ITR e CNA. Após vários debates sobre o assunto ficou decidido pelo envio de convite ao Senhor Delegado Regional da Receita Federal e ao Senhor Superintendente Regional do INCRA -PR, para em conjunto esclarecerem a constitucionalidade dessa tributação. Para tanto, foi determinado pelo Senhor Presidente nova reunião dia 23 próximo vindouro às 10h30min. na Sala de Reuniões com a presença dos convidados acima citados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos mandando lavrar o presente termo de ata, que depois de lido e aprovado será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
Presidente
Rubens Bremer
Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA da 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e cinco, às 10h30min., na Sala de Reuniões, desta Casa de Leis, reuniu-se a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob Presidência do Deputado Augustinho Zucchi e contando com a presença dos Senhores Deputados José Maria Ferreira, Renv Borsatto e Eduardo Trevisan. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, informando que a presente reunião terá como objetivo a discussão do recolhimento dos Tributos ITR e CNA. Na continuidade o Senhor Presidente faz a apresentação dos convidados, a saber: Senhor João Carlos Boros e Sidnei Dolinski, Auditores Fiscais da Delegacia da Receita Federal,

as Servidoras do INCRA-PR, Carmem C.P. Almeida e Maria de Oliveira e como ouvintes representando a FAEP a Senhora Sandra Mara S. Acerbi, Chefe do Departamento Sindical e o Senhor Carlos Augusto Albuquerque, Assessor. Feita apresentação, o Senhor Presidente usando a palavra diz que é de seu conhecimento que o INCRA não tem participação na tributação e sim e tão somente a Receita Federal. Na sequência houveram várias manifestações das partes envolvidas. Os representantes da Receita Federal apresentaram documentação para como proceder no caso de revisão dos tributos (documentos anexos). Abordaram também o problema do cadastro mal preenchido, fato que dificulta o lançamento correto do imposto. Informaram também que em 92/93 os valores cobrados na época foram irrisórios e que na D.P. atual os valores foram corrigidos pela UFIR, razão pela qual o valor é considerado como correto. Disseram também que existem situações exageradas, neste caso, o interessado deverá obter informações nos escritórios regionais da Receita Federal. Seguiram-se outras colocações a respeito da matéria que fazem parte integrante desta Ata. Na sequência, o Senhor Presidente deixa a palavra livre. Não havendo quem queira se manifestar, agradece a presença dos convidados, bem como dos Senhores Deputados e declara encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
Presidente
Rubens Bremer
Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e cinco, às 9h30 min, no Plenário desta Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, contando com a presença dos Senhores Deputados Edno Guimarães, Renv Borsatto, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, José Maria Ferreira e Nereu Moura, além do Deputado Orlando Pessuti membro suplente da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei nº 049/95, 64/95, 078/95, 128/95. Na sequência o Senhor Presidente solicita aos Deputados relatores que apresentem seus pareceres pela ordem acima. Projeto de Lei

n° 049/95 - Relator Deputado Irineu Colombo, PARECER FAVORÁVEL com emenda Modificativa Corretiva e Supressiva. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 064/95 - Relator José Maria Ferreira, PARECER FAVORÁVEL com a Emenda Modificativa. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 078/95 - Relator Deputado Edno Guimarães, PARECER FAVORÁVEL com a Emenda Corretiva. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 128/95 - Relator Deputado Eduardo Trevisan, PARECER FAVORÁVEL com a Emenda Modificativa. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Na continuidade dos trabalhos é recepcionado o grupo de agricultores ligados a FETARP, CRAB, MST, CUT, CPT - ORG. MULHERES entidades organizadoras do "2° Grito da Terra Brasil", o grupo liderado pelo Senhor Adelmo faz entrega do Documento Oficial do movimento (anexo) agradecendo o apoio recebido pelos Deputados membros da Comissão. Houveram várias manifestações das partes sobre o movimento. Na sequência o grupo retirou-se do local para participar de audiência com o Senhor Governador do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos, mandando lavrar o presente termo de Ata, que depois de lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
Presidente
Rubens Bremer
Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, às 9h30min, na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, reuniu-se a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Augustinho Zucchi, contando com a presença dos Senhores Deputados Irineu Co-

lombo, José Maria Ferreira, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, Nereu Moura e Edno Guimarães. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei n° 059/95. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Eduardo Trevisan, relator do Projeto, que apresente seu Parecer. PARECER FAVORÁVEL. Colocado em discussão e posterior votação, foi APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deixa a palavra livre, como não houveram manifestações, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
Presidente
Rubens Bremer
Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Angelo Vanhoni, Edno Guimarães e Duílio Genari. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 239/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/95. Relator: Deputado Angelo Vanhoni. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária